



MUNICÍPIO DE IBIRUBÁ



ASSESSORIA JURÍDICA PARECER Nº 030/2018

PROCESSO PMI Nº 018/2018

Necessidade de firmar Contrato Emergencial para contratação de Instituição de Acolhimento de Menores.

O Sr. Secretário da Administração e Planejamento encaminhou a esta Assessoria, em 21 de fevereiro de 2018, solicitação de PARECER, indagando sobre a possibilidade e legalidade de celebrar Contrato Emergencial com Instituição de acolhimento de menores na cidade de Lagoa Vermelha-RS, com fins ao acolhimento de menor do sexo feminino no valor de R\$ 1.500,00 (hum mil e quinhentos reais) mensais, pelo período de dois meses, em decorrência de ordem judicial.

Constava ainda dos Autos, cópia de Promoção do Ministério Público de Ibirubá requerendo o acolhimento institucional de menor do sexo feminino e recomendando o acolhimento na instituição de Lagoa Vermelha, onde o Ministério Público acredita que já haveria convênio com o Município, segundo consta, por informação do Conselho Tutelar Municipal; e, cópia de ofício do Excelentíssimo Senhor Juiz da Comarca de Ibirubá direcionado ao Conselho Tutelar, determinando o acolhimento de menor do sexo feminino na instituição Lar da Menina de Lagoa Vermelha.

Em função das informações dos Autos e de informações colhidas por esta Assessoria de que já existiria contrato da Prefeitura com instituição de acolhimento no próprio município de Ibirubá; bem como da informação do Ministério Público de que já haveria contrato firmado com a instituição Lar da



MUNICÍPIO DE IBIRUBÁ



Menina, foi encaminhado Memorando Interno esta Assessoria (nº 08/02/2018) buscando maiores informações.

Em resposta, no dia 09/03/2018, por meio do Memorando Interno AS – nº 079/2018, a Sra. Secretária da Assistência Social informou que houve recomendação do Ministério Público de Ibirubá no sentido de não serem encaminhadas menores do sexo feminino à instituição de Ibirubá, em virtude de haver investigação na Delegacia de Polícia a respeito de denúncias, ainda não confirmadas, da ocorrência de abuso sexual contra uma menor acolhida na instituição. Esclareceu ainda, que não há contrato vigente com a instituição de Lagoa Vermelha. O que houve foi a realização de contato telefônico e visitação à entidade para coleta de informações sobre suas instalações, informação esta repassada ao Conselho Tutelar e que poderia ter gerado a informação equivocada da já existência de convênio. Vieram em anexo ao Memorando Interno cópia de Ofício do Ministério Público, nº 01782.000.110/2017-0001, encaminhado à Prefeitura Municipal dando conta da ocorrência de denúncia junto ao Conselho Tutelar sobre a possível prática de abuso sexual na casa de acolhimento de Ibirubá (Casa de Passagem), a abertura de procedimento investigativo pela Delegacia de Polícia Civil, e a recomendação da Sra. Promotora para que novas internações de menores do sexo feminino não fossem realizadas nesta instituição.

Com base nas informações, esta Assessoria passa a opinar.

As informações trazidas à esta Assessoria pela Secretaria da Assistência Social são no sentido de que o Processo PMI nº 018/2018, que trata da contratação emergencial, determina prazo definido e exíguo, com fins a suprir a necessidade de acolhimento de menor do sexo feminino em instituição de acolhimento, em virtude de que, por recomendação do Ministério Público tal acolhimento não deve ser realizado na instituição atualmente contratada no município de Ibirubá. O prazo proposto para contratação é de 02 (dois) meses.



MUNICÍPIO DE IBIRUBÁ



Foi juntada ao processo a documentação da entidade Lar da Menina de Lagoa Vermelha, a qual está dentro da regularidade não havendo óbice à sua contratação.

A Lei 8.666/93, em seu Art. 24, explicita as hipóteses de dispensa do processo licitatório, no caso em tela, mais especificamente, se aplicaria o inciso IV, conforme abaixo:

Art. 24. É dispensável a licitação:

IV - nos casos de emergência ou de calamidade pública, quando caracterizada urgência de atendimento de situação que possa ocasionar prejuízo ou comprometer a segurança de pessoas, obras, serviços, equipamentos e outros bens, públicos ou particulares, e somente para os bens necessários ao atendimento da situação emergencial ou calamitosa e para as parcelas de obras e serviços que possam ser concluídas no prazo máximo de 180 (cento e oitenta) dias consecutivos e ininterruptos, contados da ocorrência da emergência ou calamidade, vedada a prorrogação dos respectivos contratos;
(Grifamos)

É de se considerar que o caso concreto sobre o qual se opina, embora embasado no Artigo 24 da Lei 8.666/93, não se trata da contratação de todo o serviço necessário a atender a demanda do Poder Público, que é a contratação de entidade para acolhimento institucional de menores. Trata-se de contratação emergencial, por prazo determinado, para atender a necessidade de acolhimento, neste momento, de uma menor do sexo feminino, por determinação judicial, em virtude da impossibilidade de ser feito seu acolhimento na Casa de Passagem de Ibirubá.

Também de ser destacada a efetiva qualificação da entidade para suprir a necessidade do município.

Aos Autos estão juntados também proposta de valor para contratação da entidade, sendo de R\$ 1.500,00 (hum mil e quinhentos reais) quando da efetivação do acolhimento de menor, por vaga ocupada e de R\$ 1.000,00 (hum mil reais) mensais para a manutenção da reserva de vagas (item que não é objeto



MUNICÍPIO DE IBIRUBÁ



deste Processo de contratação); bem como a documentação da entidade, composta pela Certidão do Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ), Certidão Negativa da Receita Estadual, Certidão Negativa da Receita Federal, Certidão Positiva com efeitos de Negativa da Prefeitura Municipal de Lagoa Vermelha e Atestado do Conselho Municipal de Assistência Social de Lagoa Vermelha dando conta da regularidade das atividades da instituição.

De ser destacado que o valor da proposta apresentada para o acolhimento emergencial da menor é menor que o valor atualmente pago no contrato em vigor com a entidade contratada no município de Ibirubá.

Desta forma, a contratação da instituição, nas condições apresentadas, no entendimento desta Assessoria, não caracteriza prejuízo para a Administração, considerando o valor estar similar ao atualmente executado pelo município e pela qualificação da entidade a ser contratada.

A busca de uma solução para o acolhimento de menores do sexo feminino, que se faz necessária de maneira rápida para garantir o cumprimento da ordem judicial, resulta que, neste momento, a contratação emergencial é a forma mais viável para assegurar o direito à assistência ao qual faz jus a menor a ser acolhida.

Consta dos Autos a devida consulta e reserva de dotação orçamentária para a contratação.

Por todo o exposto, considerando que o objeto deste contrato é indispensável para o Município cumprir com suas obrigações sociais que constitucionalmente são de sua responsabilidade, **entendemos a contratação emergencial requerida, com dispensa de licitação, como o meio adequado para à viabilizar o acolhimento da menor do sexo feminino, indo ao encontro dos preceitos legais e principiologicos atinentes às contratações públicas.**

CENTRO ADMINISTRATIVO OLAVO STEFANELLO

Rua Tiradentes, 700 - Ibirubá/RS - CEP 98.200-000 Fone 0XX.54.3324-8500 FAX 0XX.54.3324-8505 Site www.ibiruba.rs.gov.br

CNPJ 87.564.381/0001-10 E-mail geral@ibiruba.rs.gov.br

"DOE ÓRGÃOS, DOE SANGUE: SALVE VIDAS"




MUNICÍPIO DE IBIRUBÁ



Por oportuno, há de ser destacada a imediata necessidade do Município efetivar a contratação de instituição de acolhimento de menores, por meio da realização do devido processo licitatório, com fins a ter possibilidade de cumprir com as ordens judiciais de acolhimento sem a necessidade de contratos emergenciais e com a garantia de vaga disponível sempre que necessário.

Este é, salvo o melhor juízo, o PARECER que submetemos à consideração superior.


Luiza Felipe Wainrich Guterres
Assessor Jurídico
OAB-RS nº 86.826

IBIRUBÁ-RS, 12 de março de 2018.